



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região



ARION
MAZURKEVIC
06/05/2026
GAB28 TRT9

Ata/Pauta - 16.04.2026 - 1ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2026 (ID 18166730)

Agendamento (ID 18166731)

Data: 16/04/2026

Horário: 14:00

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Desembargador Presidente e Gestor de Metas - Arion Mazurkevic

Desembargador Vice-Presidente - Benedito Xavier da Silva

Desembargador Corregedor – Archimedes Castro Campos Junior

Desembargadora Diretora da Escola Judicial - Thereza Cristina Gosdal e Simone Galan de Figueiredo (suplente)

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - Eduardo Milléo Baracat

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas - Adilson Luiz Funez e Neide Alves dos Santos (suplente)

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau - Arion Mazurkevic

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade - Nair Maria Lunardelli Ramos

Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição - Edinéia Carla Poganski e Rafael Tanner Fabri (suplente)

Secretária-Geral da Presidência - Danielle Correa Polak Sigwalt

Secretária-Geral Judiciária - Roberta de Biasio Pires



Diretor-Geral - Ana Cristina Navarro Lins

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – Eduardo Silveira Rocha

Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Cláudia Cristina Thamm Otta (**Secretária do Comitê de Governança e Estratégia**)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Fabrício Teilo de Araujo

Assessor da Assessoria de Comunicação – Irineo Frare Baptista Netto

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição - Cátia Cristine Cunha Pauperio

Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição - Ana Márcia Nogueira e Antonio Marcos Penna Borges (suplente)

Magistrado Presidente da AMATRA IX - Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Representante do Sinjutra - Pedro Ivan Perar

Presidente da OAB-PR - Luiz Fernando Casagrande Pereira

Presidente da AATPR – Roberto Pontes Cardoso Junior

Procurador-Chefe do MPT-PR – Iros Reichmann Losso

Juíza Auxiliar da Presidência - Angélica Cândido Nogara Slomp

Juíza Auxiliar da Corregedoria - Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira

Secretário da Corregedoria Regional – Sandro Augusto Haisi

Servidora da Secretaria da Corregedoria Regional - Patrícia Carricondo Virges

Local da reunião: Telepresencial

Participantes:

Membros do Comitê de Governança e Estratégia

Desembargador Presidente e Gestor de Metas - Arion Mazurkevic

Desembargador Vice-Presidente - Benedito Xavier da Silva

Desembargadora Diretora da Escola Judicial - Thereza Cristina Gosdal

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - Eduardo Milléo Baracat



Desembargador Coordenador do Comitê de TIC - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas - Adilson Luiz Funez

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau - Arion Mazurkevic

Desembargadora Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade - Nair Maria Lunardelli Ramos

Magistrados representantes do 1º Grau de Jurisdição - Edinéia Carla Poganski e Rafael Tanner Fabri

Secretária-Geral da Presidência - Danielle Correa Polak Sigwalt

Secretária-Geral Judiciária - Roberta de Biasio Pires

Diretora-Geral - Ana Cristina Navarro Lins

Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - Eduardo Silveira Rocha

Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Cláudia Cristina Thamm Otta (**Secretária do Comitê de Governança e Estratégia**)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - Fabrício Teilo de Araujo

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição - Cátia Cristine Cunha Pauperio

Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho representantes do 1º Grau de Jurisdição - Ana Márcia Nogueira e Antonio Marcos Penna Borges

Convidados

Magistrada Presidente da AMATRA IX - Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Representante do Sinjutra - Pedro Ivan Perar

Representante da OAB-PR - Ana Paula Pavelski

Juíza Auxiliar da Presidência - Angélica Cândido Nogara Slomp



Juiz Auxiliar da Corregedoria - Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira

Servidora da Secretaria da Corregedoria Regional - Patrícia Carricondo Virges

Servidores da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Luiz Henrique Tacconi, Tatiane Centeno Prestes, Ricardo Ainati Humphreys, Luiz Francisco De Souza, Cleuci Biembenguti da Silva e Natália de Araujo Ferreira.



Itens da reunião (ID 18166739)

Item 1 da pauta: Resumo dos resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais em 2025 (ID 18166740)

Nome do item: Resumo dos resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais em 2025

Descrição:

O Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic**, Coordenador do Comitê de Governança e Estratégia e Gestor de Metas do TRT-PR, declarou aberta a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

A servidora **Cláudia Cristina Thamm Otta**, Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, realizou a contextualização acerca da necessidade e dos objetivos da reunião, destacando se tratar da primeira reunião de análise da estratégia para o ciclo de 2026.

Dando continuidade, o servidor **Luiz Henrique Tacconi**, Coordenador da Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos, explicou sobre a estrutura das metas monitoradas pelo Tribunal, que estão organizadas em três grupos:

- Metas do Poder Judiciário (CNJ);
- Metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT);
- Metas institucionais (TRT-PR).

Na sequência, apresentou os resultados das metas em 2025, destacando que todas as Metas do Poder Judiciário (CNJ), tanto as processuais quanto as não processuais, foram cumpridas.

Em relação às Metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT), dos doze indicadores acompanhados no período, cinco tiveram suas metas atingidas, três tiveram suas metas não alcançadas e em quatro não houve aferição no período. Os três indicadores que não tiveram suas metas alcançadas foram: Índice de desempenho do trabalho decente (IDTD), Índice de capacitação em precedentes obrigatórios (ICPO) e Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária (IAPEX).

Sobre o ICPO, com base nos resultados dos tribunais, foi constatado pelo CSJT o



elevado quantitativo de capacitações de magistrados e servidores da área judiciária necessárias para cumprimento da meta, sendo que o indicador poderá ser revogado para este ano. Em relação ao IAPEX, verificou-se uma falha na classificação contábil dos itens, prejudicando a aferição do indicador. O problema já foi corrigido e foram realizados ajustes nos processos internos, de forma a garantir que a classificação equivocada não volte a acontecer. Embora a meta não tenha sido atingida considerando os critérios definidos, não houve impacto na execução orçamentária. E sobre o IDTD, embora também com elevado quantitativo de capacitações necessárias para atingimento da meta, o indicador será mantido para 2026.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 2 da pauta: Metas Nacionais 2026 - alterações e resultados do TRT-PR de janeiro a março (ID 18741853)

Nome do item: Metas Nacionais 2026: alterações e resultados do TRT-PR de janeiro a março

Descrição:

Dando continuidade, o servidor **Luiz Henrique Tacconi** passou a expor os resultados das metas no período de janeiro a março de 2026, ressaltando que são dados prévios, pois ainda não foram disponibilizados pelo CSJT os painéis e scripts de 2026.

Em relação às Metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT), esclareceu que a aferição dos indicadores está prevista para iniciar ao final do primeiro quadrimestre, ressaltando que alguns indicadores ainda não têm metas estabelecidas para 2026:

- Índice de satisfação (IS);
- Índice de desempenho ambiental (IDA);
- Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários (ICPPDU).

Em relação às Metas do Poder Judiciário (CNJ), informou que foram mantidas para 2026 as metas processuais:

- Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos;
- Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos;



- Meta Nacional 3 - Estimular a conciliação;
- Meta Nacional 5 - Reduzir a taxa de congestionamento.

Para o período de janeiro a março de 2026, os indicadores estão com os resultados condizentes com o esperado para o início do ciclo, considerando o cumprimento nos anos anteriores, sendo possível verificar que algumas metas já apresentam tendência de cumprimento, e outras, dependem da evolução ao longo do ano.

Apresentou as metas novas aprovadas para 2026:

- Meta Específica 2 da JT - Promover a equidade racial na Justiça do Trabalho;
- Meta Específica 3 da JT - Impulsionar as execuções extintas por satisfação da obrigação;
- Meta Específica 4 da JT - Promover a cooperação judiciária.

Pontuou que as novas metas ainda não estão sendo aferidas, pois dependem de análise e definições das unidades envolvidas. Da mesma forma, ainda não estão sendo aferidas as metas não processuais que foram mantidas para 2026:

- Meta Nacional 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário;
- Meta Específica 1 da JT - Promover a saúde de magistrados e servidores;
- Meta Específica 5 da JT - Promover os direitos da criança e do adolescente.

Concluiu a apresentação dos resultados, destacando as principais ações da SGE em relação ao monitoramento das metas:

- Realização de reuniões iniciais temáticas com as unidades responsáveis pelas metas após o fechamento do primeiro quadrimestre;
- Análise do cumprimento e orientações às áreas responsáveis quanto à elaboração de planos de ação;
- Monitoramento dos planos de ação;
- Reuniões periódicas de acompanhamento com as unidades responsáveis e comunicação à Presidência e ao Juízo Auxiliar da Presidência.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 3 da pauta: Outras demandas relacionadas à Governança e à Estratégia (ID 18742502)



Nome do item: Outras demandas relacionadas à Governança e à Estratégia

Descrição:

Na sequência, o servidor **Luiz Henrique Tacconi** informou sobre a situação das principais demandas relacionadas à Estratégia conduzidas pela SGE nesses primeiros meses de 2026:

- Relatório de Gestão 2025: publicado no portal institucional (notícia a ser publicada);
- Ranking da Transparência: atualizadas as informações, aguardando avaliação do CNJ;
- Prêmio de Qualidade: em andamento a execução dos planos de ação pelas unidades, prazo de 31/07/2026 para revisão complementar da SGE, compilação e envio das evidências ao CNJ.

Em seguida, o servidor **Luiz Francisco de Souza**, Coordenador da Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados em substituição, realizou explanação acerca das diferenças entre os painéis de dados utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e os painéis internos do Tribunal.

Destacou que todas as informações têm origem no sistema PJe, embora os dados sejam consolidados em bases distintas: DataJud (CNJ), e-Gestão (CSJT) e base local do Tribunal.

Por fim, esclareceu que:

- Os painéis do CNJ e do CSJT possuem atualização mensal, geralmente com defasagem;
- A base interna do Tribunal possui atualização diária, refletindo com maior precisão a realidade;
- O Tribunal utiliza os mesmos scripts do CSJT;
- Divergências momentâneas entre os painéis decorrem dessas diferenças de atualização e critérios, não representando inconsistência de dados.

O Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic** reforçou a explicação, destacando que a base interna é a mais adequada para acompanhamento ao longo do mês, sendo natural a convergência dos dados apenas no fechamento mensal.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.



Item 4 da pauta: Portfólio de Projetos (ID 18742030)

Nome do item: Portfólio de Projetos

Descrição:

Na sequência, a servidora **Cláudia Cristina Thamm Otta** apresentou o portfólio de projetos institucionais, informando a existência de 33 projetos e ações em andamento e destacando os mais recentes. Ressaltou que os projetos estão vinculados aos objetivos estratégicos institucionais e que o portfólio é dinâmico, com inclusão contínua de novas iniciativas.

O Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic** apresentou considerações sobre a estrutura de metas estabelecidas pelos Conselhos Superiores (CNJ e CSJT), destacando a elevada quantidade de metas a serem cumpridas pelas unidades do Judiciário. Ressaltou que os critérios atualmente adotados apresentam baixa flexibilidade para alteração, ainda que o processo de construção das metas seja formalmente descrito como participativo, porém na prática, o modelo tende a reproduzir estruturas já existentes, com poucas alterações substanciais ao longo dos ciclos.

Ressaltou, por outro lado, que a estrutura de metas e indicadores desempenha papel relevante na administração pública, especialmente por possibilitar maior transparência, controle institucional e acompanhamento da atividade jurisdicional, abrangendo não apenas a produtividade, mas também aspectos de gestão, orçamento e organização administrativa.

Nesse contexto, esclareceu a importância da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística na consolidação dessas informações e na viabilização de instrumentos de acompanhamento da realidade institucional, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a identificação de oportunidades de melhoria. Por fim, enfatizou que o sistema de acompanhamento por meio de projetos institucionais constitui ferramenta essencial de gestão, permitindo o registro, monitoramento e controle das iniciativas em todas as suas etapas, evitando a descontinuidade das ações e assegurando maior efetividade na implementação das deliberações.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 5 da pauta: Deliberações (ID 18742023)



Documento "Ata/Pauta - 16.04.2026 - 1ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2026", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.RLEJP.NOROZ no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

Nome do item: Deliberações**Descrição:**

Dando continuidade, a servidora **Cláudia Cristina Thamm Otta** apresentou os temas para deliberação do Comitê, conforme a seguir.

- Processo de Elaboração das Metas 2027 (Gestão Participativa);
- Comunicação dos Resultados das metas pela SGE;
- Realização de Audiência Pública para formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2027.

Solução Proposta:**Processo de Elaboração das Metas 2027 (Gestão Participativa):**

Diante da sugestão da Juíza **Edinéia Carla Poganski**, Magistrada representante do 1º Grau de Jurisdição, de antecipação da Reunião de elaboração das Metas Nacionais 2027, prevista para junho, foi esclarecido pelo servidor **Luiz Henrique Tacconi** que o processo é conduzido nacionalmente pelos Conselhos Superiores, sendo que os tribunais precisam seguir o cronograma nacional, havendo pouca flexibilidade nas datas.

A Juíza Auxiliar da Presidência **Angélica Cândido Nogara Slomp** sugeriu o encaminhamento do convite para a reunião diretamente aos magistrados de 1º e 2º graus.

Questionado pelo servidor **Pedro Ivan Perar**, representante do Sinjutra, sobre a possibilidade de prévia disponibilização dos materiais para a reunião de forma a possibilitar a análise antecipada pelos participantes.

A servidora **Ana Marcia Nogueira**, Diretora da Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º grau, sugeriu a criação de um questionário interno complementar para coleta de contribuições de todos os magistrados e servidores do Tribunal, destacando a importância de ampliar os espaços de debate institucional. Foram registradas pelo servidor **Luiz Henrique Tacconi** as ponderações acerca das limitações do questionário da consulta pública atualmente utilizado pelo CSJT, reforçando a necessidade de aplicação de duas pesquisas distintas.

Ainda sobre o tema, o Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic** apresentou ponderações acerca do modelo atual de participação na elaboração das metas. Embora reconheça que o modelo esteja bem estruturado nos normativos, entende que na prática esteja sendo pouco efetivo. Com o objetivo de ampliar a participação no processo, apresentou a criação de um modelo de gestão participativa regionalizada, por meio do Conselho de Cooperação Administrativa e



Judiciária no âmbito do TRT-PR. A iniciativa visa ampliar o debate, a participação e a construção colaborativa de soluções, na qual poderiam também ser abarcadas as discussões relativas às metas.

A Desembargadora Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade, **Nair Maria Lunardelli Ramos**, também reforçou sobre o pouco espaço junto aos Conselhos Superiores para discussões efetivas em relação às metas, concordando com as sugestões apresentadas.

A Magistrada Presidente da AMATRA IX **Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia** reforçou o apoio à iniciativa apresentada pelo Desembargador Presidente, como forma de aproximar os magistrados e servidores do interior às informações e como incentivo ao cumprimento das metas.

Comunicação dos Resultados das metas pela SGE:

Considerando o cumprimento das metas, especificamente da taxa de congestionamento, a servidora **Danielle Correa Polak Sigwalt**, Secretária Geral da Presidência, sugeriu que seja incentivada a utilização do Painel da Magistratura, uma vez que a ferramenta já disponibiliza os dados necessários para acompanhamento e gestão processual.

O Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic**, concordou com a sugestão apresentada, propondo que fosse incluída não apenas a conscientização quanto à participação e utilização dos painéis, mas também a adoção de medidas de monitoramento e comunicação ativa dos dados identificados. Propôs que a Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística encaminhe informativos periódicos às unidades judiciárias e aos magistrados, incluindo desembargadores, com a identificação de situações específicas que demandem atenção, considerando que, em muitos casos, tais inconsistências somente são percebidas ao final do exercício, quando já não há tempo hábil para correção.

Sugeriu, ainda, que o monitoramento seja realizado de forma proativa pela Secretaria, com eventual atuação conjunta com a Corregedoria, em relação ao 1º grau, e com a Presidência, em relação ao 2º grau, de modo a possibilitar a identificação tempestiva de processos ou situações que estejam fora do fluxo adequado de tramitação, permitindo a adoção de providências durante o curso do período de apuração. Destacou que já houve, em momento anterior, a prática de envio de comunicados com esse objetivo, embora vinculados a finalidades específicas que atualmente não mais existem, o que reforça a necessidade de eventual reestruturação dessa forma de comunicação institucional.

Realização de Audiência Pública para formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2027:

A servidora **Cláudia Cristina Thamm Otta** explanou sobre a Audiência Pública realizada em 2025.



O Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic** reforçou o interesse de que seja realizada novamente em 2026, sugerindo a segunda quinzena de junho, considerando o bom resultado apresentado no ano anterior.

Deliberação:

Processo de Elaboração das Metas 2027 (Gestão Participativa):

- Envio de Ofício Circular aos Coordenadores dos Colegiados, à Alta Administração, à Amatra e ao Sinjutra conscientizando a importância da participação e solicitando auxílio na divulgação do evento, previsto para junho;
- Envio de convite aos magistrados de 1º e 2º graus por meio de Ofício Circular;
- Será analisada a possibilidade de envio prévio de materiais e subsídios aos participantes;
- Será analisada a possibilidade da criação de questionário interno complementar para coleta de contribuições;
- Viabilizar o debate sobre a elaboração das metas no âmbito do Conselho de Cooperação Administrativa e Judiciária no âmbito do TRT-PR.

Comunicação dos Resultados das metas pela SGE:

- Incentivo à utilização dos painéis internos disponibilizados para acompanhamento e gestão processual das unidades judiciárias;
- Elaboração de informativos periódicos com a identificação de situações específicas que demandem atenção em relação ao cumprimento das metas;
- Avaliação da possibilidade de atuação conjunta com a Corregedoria, em relação ao 1º grau, e com a Presidência, em relação ao 2º grau, de modo a possibilitar a identificação tempestiva de processos ou situações que estejam fora do fluxo adequado de tramitação, permitindo a adoção de providências.

Realização de Audiência Pública para formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2027:

- Aprovada a realização de nova audiência pública, prevista para a segunda quinzena de junho, com o objetivo de ampliar o diálogo com a sociedade, incluindo advogados, sindicatos e demais atores do sistema de justiça.

A reunião foi encerrada pelo Desembargador Presidente **Arion Mazurkevic**, que agradeceu a participação de todos e destacou a importância da colaboração contínua para o aprimoramento da gestão institucional.

